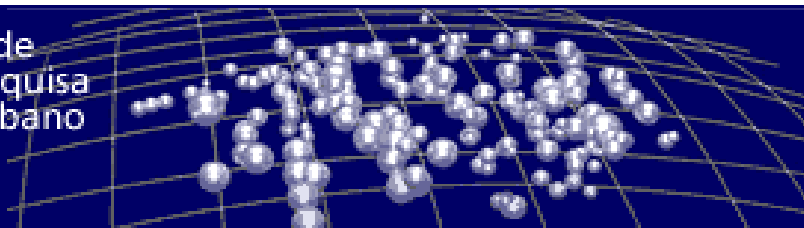




associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



setembro de 2006

boletim da anpur n. 5

EDITORIAL

Novos horizontes são abertos no presente boletim, a partir da contribuição de vários professores e pesquisadores. Começamos pelas mensagens dos novos indicados aos comitês de assessoramento do CNPq, nas áreas de Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo e Turismo, abordando os principais desafios a eles colocados. Continuamos com relatos de eventos – seminários e congressos –, que nos trazem as principais questões abordadas, assim como seus desdobramentos previstos. Apresentamos ainda oportunidades à área possibilitadas por editais de extensão e de bolsas no exterior.

Por outro lado, as atividades da **ANPUR** se multiplicam nesse segundo semestre. Destaca-se, primeiramente, a adesão da Associação ao movimento em defesa do livre acesso à informação, colocando-se ao lado de todos aqueles que acreditam no papel basilar que pode cumprir essa condição para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como para a melhor utilização e socialização dos trabalhos, particularmente aqueles financiados com recursos públicos. Nesse sentido, foi consensual entre a diretoria da **ANPUR** e a comissão editorial da **RBEUR** – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais a disponibilização dos arquivos digitais da Revista no *site* da Associação.

Em segundo lugar, a agenda de eventos se amplia e se torna mais concreta, com os avanços dos preparativos para viabilizá-los. Nos dias 30 e 31 de outubro, acontece, em Salvador, a III edição do Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais. O Colóquio sobre Poder Local, a ser realizado também em Salvador, em dezembro próximo, já concluiu a seleção de trabalhos entre os mais de 600 resumos submetidos. O *site* do **XII ENA** (Belém, 21 a 25 de maio do próximo ano), com todas as informações relativas à submissão eletrônica de trabalhos, já está no ar. E o seminário Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, que acontecerá em São Paulo, em setembro de 2007, já tem formulada sua primeira versão do projeto.

Agradecemos a colaboração de todos que, nesse trabalho coletivo e voluntário, possibilitam a vida e as conquistas da **ANPUR**.

DESAFIOS À REPRESENTAÇÃO DE ÁREA NO CNPQ

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Passar a integrar o Comitê de Assessoramento de Arquitetura e Urbanismo, Demografia, Geografia Humana, Turismo e Planejamento Urbano e Regional (CA-SA), por indicação da área de Planejamento Urbano e Regional, representa ao mesmo tempo uma honra e o compromisso de dar continuidade ao trabalho em curso de permanente valorização da área e de defesa de princípios que vimos construindo ao longo de vários anos. Significa privilegiar a qualidade, o rigor acadêmico e a relevância social das pesquisas face às necessidades da sociedade. Significa também atuar no sentido de ampliar as oportunidades de financiamento, seja pelo suporte a novos pesquisadores e grupos, seja pela distribuição espacial mais equitativa dos



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

setembro de 2006

boletim da anpur n. 5

recursos, resguardadas as limitações estruturais já nossas conhecidas.

Parece-me fundamental trabalhar de forma articulada com os demais colegas de representação, de forma a fortalecer a grande área das ciências humanas e sociais dentro do CNPq e buscando formas de garantir suas especificidades frente às demais grandes áreas do conhecimento. Finalmente, parece-me fundamental continuar o importante trabalho que vem sendo empreendido, com a participação da **ANPUR**, no sentido de viabilizar linhas de financiamento específicas para o desenvolvimento urbano e regional, bem como processos de capacitação para o planejamento territorial e as políticas urbanas e regionais.

Heloisa S. M. Costa
IGEO/UFMG

DESAFIOS À REPRESENTAÇÃO DE ÁREA NO CNPQ

ARQUITETURA E URBANISMO

Na última década e meia, a área de Arquitetura & Urbanismo apresentou inequívocos sinais de grande vitalidade no que diz respeito à formação pós-graduada e à pesquisa. Como se sabe, a implantação e rápida expansão do sistema de pós-graduação no Brasil, a partir dos anos 1970, teve importância fundamental para a institucionalização da pesquisa, principalmente em áreas tradicionalmente de cunho mais profissional e menos acadêmico, como a de A&U.

Nos últimos 10 anos dobrou o número de programas de pós-graduação na área, passando de 8 para 16. Também na mesma proporção cresceu o número de docentes doutores que nela atuam - pelo Censo 2004 do CNPq, naquele ano, 436 doutores atuavam em 205 grupos de pesquisa. Porém, ao mesmo tempo em que a área busca se fortalecer e responde tão positivamente à necessidade de institucionalizar a pesquisa e de qualificar cada vez mais o sistema de ensino superior, decaem os investimentos (bolsas e fomento) a ela destinados - e isto, no mínimo, desde 1998. Entre 2001 e 2005 os investimentos em bolsas de Iniciação Científica e de Produtividade em Pesquisa na área de A&U ocupavam o penúltimo lugar dentro do Comitê de Assessoramento de Arquitetura & Urbanismo, Demografia, Geografia Humana e Planejamento Urbano e Regional - CA-SA, do CNPq (que, a partir de agora, passa a incorporar também Turismo). O número de bolsas de Iniciação Científica destinadas à A&U caiu; o de Produtividade em Pesquisa cresceu, porém em ritmo bem distante daquele do crescimento da própria área.

Portanto, no exercício da representação da área de Arquitetura e Urbanismo no CA-SA do CNPq, que tenho a honra de dividir com o Prof. Nestor Goulart Reis Filho, da FAUUSP, considero fundamental buscar ampliar o seu espaço dentro do sistema de pesquisa no país. O crescimento dos recursos para bolsas e fomento deve acompanhar o mais possível o crescimento da área, permitindo-lhe sucessivas mudanças de patamar de qualidade. Os mecanismos de avaliação devem ser ajustados à sua realidade. A submissão competente aos editais deve ser estimulada, pois ao mesmo tempo em que a estrutura e fortalece internamente, amplia as possibilidades de crescimento dos recursos disponibilizados. Finalmente, há que se pensar na possibilidade de propor ao CNPq - isoladamente ou em articulação com fundações estaduais - a criação de um programa temático para a área. A efervescência por ela demonstrada hoje, as respostas muito positivas que vem dando às políticas de PG e de PQ, e as pressões para a ampliação de sua interlocução internacional sinalizam possibilidades de



formulação de uma proposta voltada para o apoio a projetos estruturantes em diferentes instituições (preferencialmente trabalhando em rede), de modo a contemplar o desenvolvimento conjunto de projetos, a circulação ampliada de pesquisadores, a organização de eventos, e o apoio à edição de periódicos e de coleções especiais de livros, dentre outras iniciativas.

Para que isto aconteça, é necessário que a área se fortaleça politicamente, aprimorando suas formas internas de organização, e que se amplie a interlocução com seus representantes nas agências.

Da minha parte, espero contribuir para que isto aconteça.

Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes
Secretário-Adjunto da **ANPUR** FAUFBA

DESAFIOS À REPRESENTAÇÃO DE ÁREA NO CNPQ

TURISMO

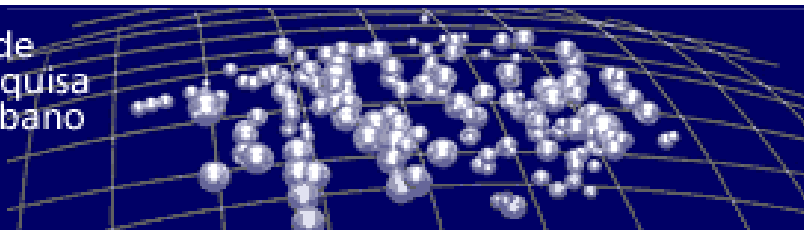
A pedido da colega Ana Fernandes, encaminho a presente nota, aproveitando o ensejo para agradecer todos os cursos de pós-graduação do Brasil que me elegeram e vêm me cumprimentando. Felicito a **ANPUR** por seu vivo interesse quanto aos desafios a serem enfrentados pelo turismo e a expectativa de minha participação como representante dessa área junto ao CNPq. O bom senso me diz que ainda não devo me expressar oficialmente por duas razões: eu sequer tomei posse e no mais minhas idéias ainda terão de ser nuançadas com a interlocução que terei com meus pares. Não obstante posso adiantar posições pessoais e algumas diretrizes que espero desenvolver.

Como transparece em todas minhas obras e ações, minha referência ética significa, prioritariamente, compromisso com o conhecimento, não devendo assim atuar em nome de nenhuma universidade ou corporação individualizada e sim ao serviço da coletividade acadêmica. No caso, "compromisso com o conhecimento" significa respeitar pluralidade de pensamento, seriedade e cientificidade. Desse modo, beneficiar as instâncias nacionais de pós-graduação requer compor um quadro altamente qualificado de consultores *ad hoc*, com sólido conhecimento regional (aí se incluindo a escala de países vizinhos, na medida em que a integração do Mercosul também pressupõe o turismo) e contemplar preenchimento de carências teórico-metodológicas em propostas advindas de pesquisadores.

Reverto a questão, colocando um desafio à **ANPUR**. O turismo se tornou meta inegligenciável para o mundo contemporâneo e à grandeza territorial do Brasil, por ser frente estratégica de desenvolvimento nacional. Queiramos ou não, ele aciona mais de 40 ramos da economia e é um fabuloso transformador do espaço. Enquanto o turismo operacional se preocupa com hotelaria, eventos, marketing etc. será preciso, inclusive, analisar territórios e discutir propostas de planejamento. Nossas cidades andam repletas dos piores vícios sócio-espaciais, piorando a olhos vistos. A Espanha já se encontra em fase de gestão dos detalhes; a Argentina criou o Ministério do Espaço Público e nós sequer conseguimos estruturar o nível macro. Como o turismo ainda não se configurou como uma categoria de análise para a totalidade do fenômeno, atualmente a aproximação metodológica só pode ser subsistêmica. Será preciso atuar, ao mesmo tempo, em todas suas modalidades de expressão espacial (urbana, rural, ecológica etc.) e nas áreas acadêmicas periféricas, sem as quais ele não se realiza plenamente, enquanto teoria e prática. Equivale dizer que as lides credenciadas para organizar o espaço têm u'a



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



setembro de 2006

boletim da anpur n. 5

missão insubstituível a cumprir e, impor de uma vez por todas, qualidade vida para o cidadão e, conseqüentemente para o turista, diminuindo nossa vergonhosa distância social. Ou seja, temos de nos engajar numa busca incessante de qualificação da totalidade de cidades e campos; temos de propor níveis de excelência, entendendo por isso a melhor busca do possível com os mesmos recursos.

Eduardo Yázigi
Geografia/USP

RUMO AO XII ENA

BELÉM (PA)
21-25 DE MAIO
2007

Dando continuidade à preparação do **XII ENA**, já está disponível o *site* do evento para submissão eletrônica dos trabalhos às sessões temáticas (www.ufpa.br/xiienanpur). Nele constam as regras a serem seguidas, bem como as demais informações necessárias, inclusive sobre a cidade de Belém, de seus serviços (hotéis, restaurantes, livrarias, entre outros) e pontos turísticos.

O folder do evento será distribuído durante o III Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais (Salvador, 30 e 31 de outubro), promovido pela **ANPUR**, e enviado aos programas e instituições para ampla divulgação. Mais informações podem ser obtidas junto ao e-mail xiienanpur@ufpa.br.

Data limite para envio dos trabalhos completos (via digital e impressa)	20/12/2006
Data limite para divulgação dos trabalhos selecionados	15/02/2007
Data limite para proposição de sessões livres	20/12/2006
Data limite para divulgação das sessões livres selecionadas	15/02/2007
XII ENA	21 a 25/05/2007

Edna Castro
Diretora da **ANPUR** NAEA/UFPA

III SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E PESQUISA EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

SALVADOR (BA)
30-31 DE OUTUBRO
2007

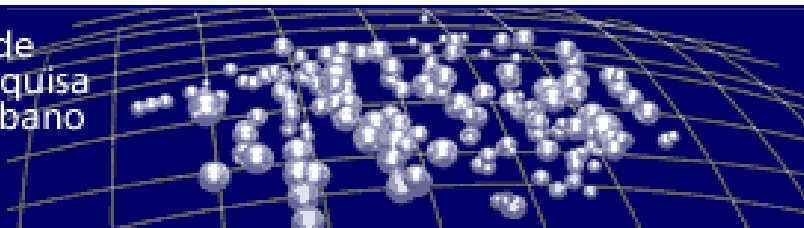
A programação do III Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais que a **ANPUR** organiza em Salvador, nos dias 30 e 31 de outubro próximos, já está fechada e pode ser conferida no *site* www.anpur.org.br.

Questões fundamentais para a formulação de uma política de área serão discutidas por professores, pesquisadores e técnicos de diferentes horizontes acadêmicos, profissionais, institucionais e regionais, buscando compreender as rápidas e profundas mudanças que têm caracterizado o momento atual e seus reflexos sobre nossa área de atuação. Dentre elas, destacam-se as configurações atuais e os processos de avaliação da pesquisa e do ensino de pós-graduação em estudos urbanos e regionais, os novos cenários nacionais e internacionais e os novos formatos para a formação pós-graduada, a regionalização da demanda e a formação profissional. Informações podem ser obtidas junto a anpurppg@gmail.com.

Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes
Secretário-Adjunto da **ANPUR** FAUFBA



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



setembro de 2006

boletim da anpur n. 5

**REVISTA
BRASILEIRA DE
ESTUDOS URBANOS
E REGIONAIS**

**DISPONIBILIZAÇÃO
EM MEIO
ELETRÔNICO**

A **ANPUR** está tornando disponível em meio eletrônico os fascículos de seu periódico científico. A Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – **RBEUR** – é uma publicação semestral editada desde 1999 pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Como veículo institucional de comunicação e difusão da produção científica no campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais, dirige-se principalmente a um público multidisciplinar de professores, pesquisadores, estudantes e profissionais dessa área de conhecimento. Procura refletir a diversidade de tratamentos disciplinares envolvidos no debate sobre a problemática urbana e regional, acolhendo artigos cujo rigor conceitual e metodológico é aferido por um corpo de pareceristas com excelência acadêmica reconhecida.

Com 13 fascículos já publicados, a **RBEUR** representa a concretização de uma antiga aspiração da **ANPUR** e de seus programas associados e filiados. Ela veio responder à necessidade de ampliar o reduzido número de veículos brasileiros na área dos estudos urbanos e regionais e de fornecer à comunidade do planejamento urbano e regional em específico, e, de uma maneira geral, à comunidade acadêmica brasileira e internacional, um espaço para a divulgação e interlocução das pesquisas de ponta neste campo. A Revista tem atingido um conjunto considerável de atores-chave na reflexão, discussão e atuação pertinentes às questões da política e do planejamento das cidades e do território em geral.

Em seus sete anos de existência, foram publicados 71 artigos científicos originais, cujos autores pertencem a diferentes instituições acadêmicas brasileiras e, em alguns casos, do exterior. Excluídos os textos das seções especiais (como Memória dos Presidentes, Homenagem, Entrevista etc.) e as resenhas, publicou-se uma média de 5,5 artigos científicos por fascículo. Os temas tratados focalizaram notadamente as mudanças observadas nos processos e objetos do planejamento, a revisão e a discussão de conceitos e categorias envolvidos nas práticas dos planejadores, assim como balanços críticos de experiências inovadoras no campo das instituições e práticas que concorrem para a produção social do espaço. Estes artigos, aprovados a partir de um rigoroso processo de seleção, expressam o estado atual da área de conhecimento do Planejamento Urbano e Regional no Brasil e a diversidade da produção das instituições de ensino e pesquisa desta área. A Revista é considerada QUALIS A nas áreas do Planejamento Urbano e Regional/Demografia; Arquitetura e Urbanismo; Antropologia; Geografia e Administração/Turismo.

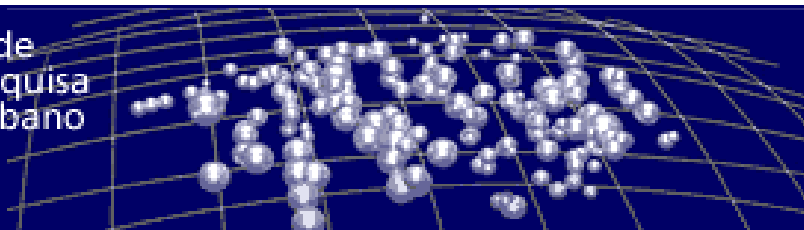
A **RBEUR** pode ser acessada em www.anpur.org.br.

Henri Acselrad
Editor da **RBEUR** IPPUR/UFRJ

**I ENCONTRO
NACIONAL DE
PRODUTORES E
USUÁRIOS DE
INFORMAÇÕES
SOCIAIS,
ECONÔMICAS E
TERRITORIAIS**

O I Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais realizou-se no IBGE, no Rio de Janeiro, de 21 a 25 de agosto de 2006. O Encontro ofereceu uma oportunidade de diálogo entre o IBGE e outros produtores com usuários de informações estatísticas e geográficas, promovendo “maior articulação, integração e cooperação na produção e disseminação de informações nos diferentes campos e temas”, e buscando ampliar o aproveitamento de informações necessárias ao conhecimento do país e ao exercício da cidadania.

Os nove temas principais - Estatísticas e informações demográficas e sociais; Estatísticas e informações econômicas; Estatísticas e informações ambientais e multi-domínio; Referências do



território; Representações do território; Informações geográficas e organização do território; Metodologia para coleta, processamento, disseminação e análise de dados e informações estatísticas e geográficas; Questões estratégicas e gerenciais das informações estatísticas e geográficas oficiais; e Outros temas da produção, coordenação, disseminação e utilização de informações estatísticas e geográficas – se desdobraram, compondo cerca de 800 atividades programadas.

MESAS REDONDAS

Na mesa redonda “Áreas de concentração de população: Regiões Metropolitanas, Cidades Médias, Cidades Gêmeas, Cidades de Fronteiras”, as apresentações concentraram-se nos estudos sobre as transformações das grandes metrópoles, tendo sido abordados diversos aspectos destas aglomerações, desde modos de ocupação do território, de expansão, de configuração, suas interconexões, sua população e bases econômicas, até o uso de novos termos e conceitos adequados aos novos cenários metropolitanos. Foram apresentados trabalhos nacionais e internacionais.

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO

Os estudos internacionais exploraram, por um lado, a dinâmica urbana e os parâmetros de configuração de sistemas de cidades, e, por outro, as relações entre núcleos básicos (metropolitanos) e núcleos adjacentes (micropolitanos) das áreas estatísticas metropolitanas nos Estados Unidos. Os estudos nacionais mostraram que, sob termos e conceitos conhecidos e utilizados corriqueiramente, encontram-se novos fenômenos e novos cenários de aglomerações metropolitanas, sendo necessário repensar conceitos, critérios de análise e formas de gestão, entre outros itens. Observou-se ainda que os estudos sobre essa diversidade e essa complexidade enfrentam um sério problema de comparabilidade, tanto entre eles quanto em termos históricos.

POLÍTICAS CULTURAIS E INDICADORES SOCIAIS

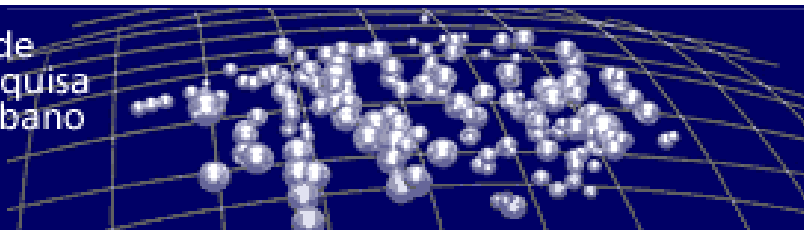
Os trabalhos da mesa redonda “A objetividade das políticas culturais e a construção de indicadores sociais” assinalaram que, embora internacionalmente haja uma crescente demanda por dados, informações e indicadores culturais, no Brasil há poucos dados, apesar de bons autores e conceitos sobre cultura, evidenciando-se a nossa precariedade histórica de bases de dados neste campo. A dificuldade de dados nesta área acentua-se ainda devido a algumas condições contemporâneas como: a ampliação do conceito de cultura, a atenção à diversidade cultural e a crescente preocupação de órgãos internacionais com as conexões entre cultura e desenvolvimento humano.

As contribuições apontaram também para a importância de subsídios consistentes em termos de dados e informações estatísticas para as novas políticas culturais, nos seus diversos níveis. No âmbito federal, a ênfase das políticas culturais, antes formuladas a partir de um olhar econômico, aponta agora para um olhar antropológico, de preocupação social. Também nos outros níveis de gestão registram-se desafios no sentido de dados que informem, entre outros itens, sobre grupos e práticas sócio-culturais informais, sobre direitos e diversidade culturais. Note-se que é no nível urbano, a partir de políticas culturais municipais, que muitos dos desafios contemporâneos poderão ser atendidos.

Cabe ainda assinalar que novas pesquisas e publicações sobre dados e indicadores, assim como novos sistemas de informações culturais estão sendo realizados visando o atual cenário cultural.



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



setembro de 2006

boletim da anpur n. 5

**I ENCONTRO
NACIONAL DE
PRODUTORES E
USUÁRIOS DE
INFORMAÇÕES
SOCIAIS,
ECONÔMICAS E
TERRITORIAIS**

Nas mesas redondas “Habitação e Aglomerados Subnormais - 1 e 2”, as apresentações e o debate desenvolveram-se em torno de duas abordagens principais: de um lado, a discussão referente ao conceito de “aglomerados subnormais”, tendo em vista algumas dificuldades frente não só ao significado do conceito e à delimitação de indicadores adequados, quanto aos novos fenômenos que são observados nas favelas e nos assentamentos precários em geral; por outro lado, as apresentações de metodologias e trabalhos referentes às entidades produtoras/usuárias das informações.

MESAS REDONDAS

**HABITAÇÃO E
AGLOMERADOS
SUBNORMAIS**

No primeiro caso observaram-se questionamentos e comentários referentes à caracterização dos aglomerados do ponto de vista da formalidade/informalidade e subnormalidade, entre outras, questionando-se a sua aplicação. Nas intervenções específicas, observou-se a importância de novas conjunturas que implicam em também novas demandas de informações, acentuando-se tanto a questão metropolitana, quanto a local, e a inserção das favelas nas dinâmicas urbanas, nas suas várias escalas.

Destaca-se ainda a informação sobre pesquisa nacional que vem sendo desenvolvida pelo próprio IBGE/Diretoria de Geociências, visando justamente à revisão e ao aprimoramento do conceito utilizado no Censo, com base na identificação de “sub tipos” e de novas formas de assentamentos, no quadro da significativa diferenciação regional do país.

Maria Laís Pereira da Silva
PPGAU UFF

**XII SEMANA DE
PLANEJAMENTO
URBANO E
REGIONAL**

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional organizou, entre os dias 25 e 29 de setembro de 2006, nas dependências do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, no Palácio Universitário no Campus da Praia Vermelha, a XII Semana de Planejamento Urbano e Regional, como uma semana científica onde são apresentados, anualmente, os principais resultados da pesquisa realizada por seus corpos docente e discente.

Após a promoção deste evento científico por onze anos consecutivos, ele consolidou-se como um dos lugares centrais para a discussão, interlocução e divulgação da produção científica do Instituto. Assumiu um papel estratégico não apenas para intercâmbio e troca de idéias entre os próprios pesquisadores do Instituto e da comunidade acadêmica local e regional da nossa área, mas em relação à disseminação do conhecimento para fora dos muros da nossa *Alma Mater*. Crescentemente conta com a presença de profissionais vinculados a Prefeituras e Conselhos Municipais, a órgãos do Governo Estadual, a organizações sociais da sociedade civil e mesmo de um público interessado em geral.

A XII Semana, sob o título “Dilemas da Participação: Conflitos Sócio-Territoriais e Planejamento”, foi aberta por uma provocativa palestra do Prof. Francisco de Oliveira que se definiu, como disse em algum momento, enquanto “profeta de catástrofes”. Neste sentido, apontou os efeitos devastadores da lógica e dinâmica financeiras do capital, que levam à dissolução e desaparecimento dos objetos da nossa área: a cidade já não existe mais; ela se tornou virtual. Tampouco as pessoas e o próprio planejamento, o qual, por sua vez, se tornou um exercício de resolução de exceções. Sem querer apresentar nenhuma solução, alertou para uma série de armadilhas que existem para a reflexão sobre a atual crise a respeito do Estado,



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

setembro de 2006

boletim da anpur n. 5

da sociedade civil e do planejamento. O que precisaria, na sua opinião, seria uma renovação teórica de longo alcance, realizada utopicamente.

Em quatro mesas nas partes da manhã entre os dias 26 e 29 de setembro, foram apresentados e debatidos os mais recentes trabalhos dos docentes que, em parte, se encontram ainda em processo de consolidação. Foram abordados temas sobre o próprio planejamento e seus impasses; sobre desigualdades sócio-espaciais e meio ambiente; sobre dimensões históricas e territoriais das transformações urbanas e regionais; e sobre cultura, espaço e resistência.

As tardes foram dedicadas à discussão de trabalhos de pesquisadores e pós-graduandos do Instituto que apresentaram, em seis sessões temáticas, suas investigações que abrangiam toda a gama ampla das linhas de pesquisa do IPPUR: Planejamento e Estruturação Urbana e Regional; Planejamento, Meio Ambiente e Tecnologia e Planejamento, História e Cultura.

Ainda, entrando na noite da quarta feira, dia 27/9, teve um acalorado debate sobre a revisão do Plano Diretor Decenal do Rio de Janeiro, que contou com a presença do presidente da Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal, representantes da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Fórum Popular de Defesa do Plano Diretor do Rio de Janeiro e da Academia.

Na tarde do dia 29/9, o evento foi encerrado por uma mesa composta pelos Professores Ana Fernandes, da UFBA e Presidente da **ANPUR**, Heloisa Soares de Moura Costa, da UFMG, ex-Presidente da **ANPUR** e representante da área de Planejamento Urbano e Regional do CNPq, e Nabil Bonduki, da USP, ex-membro da Câmara de Vereadores de São Paulo e Diretor da atual gestão da **ANPUR**. As brilhantes apresentações contribuíram para fechar o ciclo dos debates que percorreram toda a semana: a Profa. Ana Fernandes refletiu sobre a interface entre espaço e norma jurídica; a Profa. Heloisa Costa complementou essa reflexão com a interpretação de três casos concretos da elaboração de Planos Diretores em municípios de Minas Gerais; e o Prof. Nabil Bonduki, retornou à própria temática do evento e ao debate da primeira mesa, quando lançou nove provocações acerca da temática da participação no planejamento.

Os trabalhos apresentados nas Mesas e nas Sessões Temáticas serão publicados em CD-Rom que deve estar disponível a partir da primeira semana de dezembro de 2006. Informações em www.ippur.ufrj.br.

Rainer Randolph
IPPUR/UFRJ

**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL
SOBRE PODER
LOCAL**

**SALVADOR (BA)
11-13 DEZEMBRO
2006**

A décima edição do Colóquio Internacional sobre Poder Local, que este ano discute a Gestão Social dos Territórios, recebeu um expressivo número de propostas. Foram 1308 proponentes, dentre autores e co-autores, que inscreveram 638 trabalhos em sessões temáticas, 32 em sessões livres e 21 em oficinas, totalizando 691 resumos ampliados submetidos. A Coordenação do evento contou com o apoio de 95 professores de universidades nacionais e estrangeiras, os quais compuseram o Comitê Científico responsável pelas avaliações. Ao final desta etapa avaliativa, foram selecionadas 354 propostas, cujos autores deverão submeter a versão completa dos trabalhos até o dia 20 de outubro, observando o formato e as orientações especificados no Portal do evento. Encontram-se disponíveis também no *site* informações sobre as inscrições para participação no evento, o qual será realizado em Salvador-Bahia, no período de 11 a 13 de dezembro.



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

setembro de 2006

boletim da anpur n. 5

A ressignificação da gestão do desenvolvimento sócio-territorial, a partir de um conjunto de palavras-chave sugeridas por professores de diferentes instituições e países, serão os elementos norteadores do Colóquio. Dentre as 22 palavras-chave propostas, três delas se destacaram pelo expressivo número de resumos recebidos: Desenvolvimento, Participação e Práticas. No total, somadas, foram responsáveis por 157 resumos selecionados. Neste colóquio, mais uma vez apoiado pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração – ANPAD e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – **ANPUR**, serão discutidos os rumos da gestão social de territórios, integrando instituições, saberes e práticas.

Informações adicionais podem ser conferidas no *site* www.gestaosocial.org.br ou através do e-mail coloquio@ufba.br.

Tania Fischer
Secretária-Executiva da **ANPUR** EA/UFBA

**TRATAMENTO DE
ÁREAS DE
PRESERVAÇÃO
PERMANENTE EM
MEIO URBANO E
RESTRICÇÕES
AMBIENTAIS AO
PARCELAMENTO DO
SOLO**

**SEMINÁRIO
NACIONAL**

**SÃO PAULO
03-06 SETEMBRO
2007**

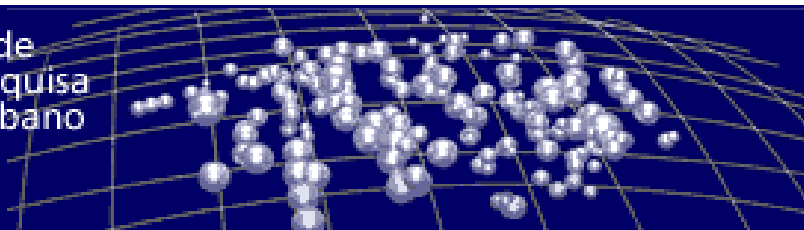
O evento tem por objetivo principal promover um debate, em bases científicas, sobre os limites entre urbanização e preservação ambiental, especialmente nos casos de áreas de preservação permanente em assentamentos urbanos.

Visa também aprofundar a reflexão quanto às legislações referentes ao urbano e ao meio ambiente que estão em processo de elaboração ou revisão, nos três níveis de governo. Como referência, caberá abordar as seguintes leis e sua operação: Federais – Projeto de Lei 3057 (sobre loteamentos, alterando a Lei 6766/79), Plano Nacional de Saneamento, Resolução CONAMA 369/2006, que “dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP”. No âmbito dos estados, há aprimoramentos de diferentes instrumentos, direta ou indiretamente relacionados, como: licenciamento estadual ambiental, Leis específicas por bacias, cobrança pelo uso da água e organização de regiões metropolitanas. Nos municípios, há dispositivos contidos nas leis de planos diretores, referentes a zoneamento e código ambiental, entre outros.

Entre as perspectivas de Planos de Bacias (âmbito estadual), Planos Diretores (âmbito municipal) e o arcabouço legal sobre território, ambiente e urbanização, há um sem número de desafios, cujo debate é fundamental no momento. As configurações dos assentamentos humanos e as condições de justiça social e ambiental são também diferenciadas pela expressão econômica, demográfica ou paisagística do território. Assim, pretende-se destacar nas discussões e enfoques sobre o tema, as escalas das pequenas, médias e grandes cidades, consideradas as situações de áreas consolidadas, áreas de expansão urbana, áreas não ocupadas.

Complementarmente, o Seminário procurará promover amplo mapeamento de situações nas diversas condições de APPs urbanas no extenso território nacional, bem como incentivar a organização de uma exposição de projetos e obras de arquitetura, urbanismo, paisagismo e engenharia, inovadores para fundos de vale com uso humano.

O seminário incluirá a participação de conferencistas internacionais e nacionais, mesas-redondas e chamada de trabalhos segundo três grupos temáticos. Haverá apresentações orais



e sob a forma de pôster.

GRUPO TEMÁTICO 1: projetos e ações em APPs urbanas

Tem por objetivo reunir experiências de projetos e ações implementadas em assentamentos urbanos situados em fundos de vale, áreas ambientalmente protegidas como de preservação permanente (em áreas urbanas consolidadas ou em expansão), cujo enfoque adotado tenha sido o de desenvolver ações de minimização de impactos da urbanização, com recuperação urbana e ambiental. Busca trabalhos que explicitem as questões, os métodos, os instrumentos, as técnicas e as ferramentas elaboradas e utilizadas nesses projetos. Receberá também trabalhos referentes a projetos e ações em dunas, mangues e restingas.

GRUPO TEMÁTICO 2: avaliação de resultados, formas de gestão e controle do espaço

Visa debater objetivamente tanto os resultados de projetos de intervenção e seus impactos, como os procedimentos existentes para monitorar e avaliar tais resultados (medição de qualidade da água, solo e ar, aspectos econômicos, sociais e físicos do assentamento, replicabilidade de soluções). Nesse sentido inclui também formas de gestão (da comunidade, do poder público) e formas de controle. Inclui ainda estudos e avaliações sobre a função ambiental das APPs e gênese do Código Florestal.

GRUPO TEMÁTICO 3: articulações e complementaridade

Tem como temas: justiça social e justiça ambiental; pacto federativo (atribuições de cada ente governamental); complementação da cidadania e serviços públicos; saúde, saneamento e meio ambiente urbano; transdisciplinaridade; relação entre situação real e legislação. Para tanto, poderá considerar as experiências municipais recentes de planejamento, gestão e ação em APPs, as relações intermunicipais, metropolitanas, com Estado e com a bacia hidrográfica. Poderá também receber trabalhos teóricos ou de cunho jurídico.

A divulgação do programa e a primeira chamada de trabalhos (resumos) estão previstas para dezembro próximo.

A coordenação do seminário está a cargo de Laura Machado de Mello Bueno (PUC-Campinas), Maria Lucia Refinetti Martins (FAUUSP), Edna Castro (UFPA / **ANPUR**) e Sebastião Ney Vaz Nery (ANAMMA). A comissão científica é composta por Renato Pequeno - UFC, Dulce Bentes - UFRN, Maria Lucia Refinetti Martins - FAUUSP, Jorge Oseki - FAUUSP, Laura Bueno - PUC-Campinas, Ricardo Moretti - PUC-Campinas, Adauto Cardoso - IPPUR/UFRJ, Heloisa Costa - UFMG, Sueli Correa de Faria - UCatólica de Brasília, Sandra Mello - UNB, Luiz Falcosky - UF São Carlos, Monica Schelle - UFRJ, José Júlio Lima - UFPA, José Aldemir - UFAM, Sandra Momm Schult - FURB

A **ANPUR**, a ANAMMA, o PPG-AU/FAUUSP (Área de Concentração Habitat), o Mestrado em Urbanismo da PUC Campinas (Grupo de Pesquisa Água no Meio Urbano) e o IPPUR/UFRJ promovem o seminário, que acontecerá na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Maria Lucia Refinetti Martins
FAU/USP



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional

setembro de 2006

boletim da anpur n. 5

**CONHECIMENTO
ABERTO,
SOCIEDADE LIVRE**

Conhecimento aberto, sociedade livre será o tema discutido na terceira edição do Congresso On-Line do Observatório para a Cibersociedade, que acontece entre 20 de novembro e 3 de dezembro, pela Internet. A data-limite para o envio de trabalhos é 30 de outubro.

**UM CONGRESSO
ON-LINE**

Com o objetivo de promover uma reflexão acadêmica sobre a nova sociedade tecnológica, o evento é voltado a pesquisadores e docentes das áreas das ciências sociais, humanas e tecnológicas, além de profissionais da iniciativa privada. Segundo a Fundação Observatório para a Sociedade da Informação da Catalunha (Fobsic), na Espanha, que organiza o evento, serão discutidas questões relacionadas à cibersociedade, de modo a estabelecer uma reflexão sobre o presente e o futuro do conhecimento na era da informação.

A unidade básica de conteúdo, conhecimento e informação do congresso é a comunicação, em torno da qual se estrutura o debate e a reflexão. Todos podem apresentar uma proposta de comunicação, que deve ser inscrita em um dos grupos de trabalho do Congresso. Para enviar uma comunicação, primeiramente consulte cuidadosamente as normas de apresentação das mesmas.

Os grupos de trabalho do Congresso são: política e mudança social; identidades e grupos sociais; comunicação e cultura; educação e aprendizagem; e crítica e inovação.

Maiores informações podem ser obtidas em www.cibersociedad.net/congres2006.

**EDITAL
MCIDADES/MEC**

O Ministério das Cidades, em cooperação com o Ministério da Educação e com o apoio da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, convoca as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES a apresentarem propostas de desenvolvimento de projetos no âmbito da extensão universitária, de acordo com o estabelecido no Edital PROEXT MEC-MCIDADES.

**PROPOSTAS DE
DESENVOLVIMENTO
DE PROJETOS NO
ÂMBITO DA
EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA**

O PROEXT MEC-MCIDADES é uma iniciativa do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC e tem, entre os seus objetivos, apoiar as IFES no desenvolvimento de projetos de extensão que contribuam para o fortalecimento da gestão municipal urbana, comprometidos com a capacitação de quadros técnicos das administrações públicas e de agentes sociais para a gestão planejada e participativa.

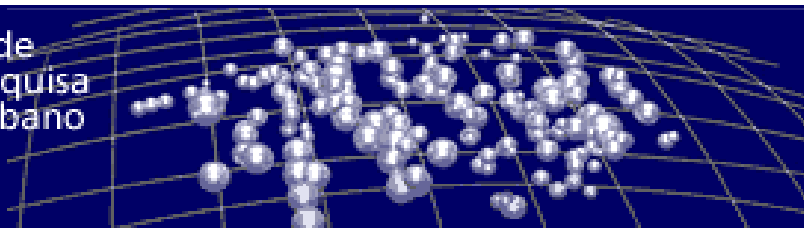
Os projetos de extensão deverão concentrar-se em ações de capacitação de agentes públicos e sociais na temática setorial de Saneamento Ambiental. Tendo em vista a integração das políticas setoriais para o desenvolvimento urbano, os projetos também deverão envolver, ao menos, uma das áreas a seguir: Planejamento Territorial; Habitação; Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana. Também é necessário que sejam contemplados, de forma transversal, os seguintes temas ou instrumentos de gestão: Participação e Controle Social; e Sistema de Informação.

As IFES poderão habilitar-se para a realização de projetos, com financiamento de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). O Edital prevê a aplicação de recursos financeiros, não reembolsáveis, no valor total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com o Edital (disponível em www.cidades.org.br), devendo ser encaminhadas até o dia 31 de outubro de 2006.



associação nacional de
pós-graduação e pesquisa
em planejamento urbano
e regional



setembro de 2006

boletim da anpur n. 5

**OPORTUNIDADE DE
BOLSA**

A Comissão Europeia está oferecendo bolsas para os países latino-americanos. Há interesse em receber estudantes para doutorado no departamento onde trabalho (Land Economy Department, www.landecon.cam.ac.uk), provenientes das áreas de planejamento, engenharia civil, arquitetura, geografia, administração e economia. Mas também estudantes das áreas de matemática, física e ciências da computação. Maiores informações em es424@cam.ac.uk.

Elisabete A. Silva
University of Cambridge

Caso não deseje receber o Boletim da ANPUR , responda a este e-mail colocando como assunto "suspensão de recebimento".

Contribuições devem ser encaminhadas para anpur@ufba.br

ANPUR

Presidente:	Ana Fernandes (UFBA)		
Secretaria Executiva:	Tânia Fischer (UFBA)		
Secretaria Adjunta:	Marco Aurélio A. de F. Gomes (UFBA)		
Diretores:	Edna Maria Ramos de Castro (UFPA)	Lilian Fessler Vaz (UFRJ)	Nabil Georges Bonduki (USP)
Conselho Fiscal:	Frederico Rosas B. de Holanda (UnB)	Leila Christina Duarte Dias (UFSC)	Rodrigo Ferreira Simões (UFMG)
Projeto Gráfico:	Xico Costa (UFBA)		
Editoria:	Ana Fernandes (UFBA)		

Faculdade de Arquitetura -UFBA
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Caetano Moura, 121 Federação
40210-350 Salvador BA Brasil
Tel: 55 – 71-3247-3511 ramal 233 /Fax: 55 - 71-3247-3511 ramal 206

www.anpur.org.br
anpur@ufba.br